

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XLVIII - ESPECIAL RETROSPECTIVA 2018 - 21 DE DEZEMBRO DE 2018

RETROSPECTIVA 2018

JAN



ACT 2017-2019
GARANTIDO!

FEV



LANÇAMENTO
DO INEED (RJ)

MAR



MARIELLE, PRESENTE!
8/03 - DIA INTERNACIONAL
DA LUTA DAS MULHERES

ABR

LULA
LIVRE!

NATAL (RN) - VI ENCONTRO
DE MULHERES PETROLEIRAS

MAI



GREVE!

17/05: DIA
MUNDIAL DE
COMBATE
À LGBTFOBIA

JUN



VITÓRIA DOS
PETROLEIROS!
PARENTE PEDE DEMIS-
SÃO DA PETROBRÁS

JUL

32º CONGRESSO
SINDIPETRO/MG

PALESTRA COM PAULO
HENRIQUE AMORIM



AGO

55 ANOS
ANIVERSÁRIO
SINDIPETRO/MG



VII PLENAFUD (RJ)

SET



BRIGADA PETROLEIRA
CONTRA A ENTREGA
DO PRÉ-SAL

OUT



NIN
GUÉM SOLTA
A MÃO DE
NIN
GUÉM

ELEIÇÕES
2018

NOV

#VIDAS
NEGRAS
IMPORTAM



DEZ



~~PLC 78~~ VOTAÇÃO DO PROJETO QUE
ENTREGA O PRÉ-SAL É ADIADO

CATEGORIA PETROLEIRA DIZ NÃO
AO NOVO REGRAMENTO DA PLR

Veja nesta edição:

2 Editorial:
Foi difícil, mas resistimos!

4 Greve vitoriosa dos petroleiros
entra para a história

7 2018: 20 anos do acidente que matou
cinco trabalhadores na Regap



EDITORIAL

Foi difícil, mas resistimos!

Nessa mania nossa de pensar em retrospectivas no mês de dezembro, muitos devem estar pensando agora: um ano que começa com a prisão do Lula e termina com a eleição do Bolsonaro não pode ser um ano bom para a categoria petroleira. Mas e aí? 2018 foi mesmo esse "7 a 1" todo?

Começamos o ano aprovando a renovação quase completa de nosso Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) por dois anos, após uma intensa e arrastada negociação. Embora se tratasse de uma vitória importante, nossa perspectiva era de um ano de guerra contra o rolo compressor privatizante de Michel Temer e Pedro Parente. Era difícil acreditar que conseguiríamos resistir a um futuro tão incerto!

Com a iminência da privatização de vários setores, especialmente no refino, nós nos perguntávamos: Como lutar contra um governo tão hostil? Que tipo de mobilização seria mais eficaz? Como trazer a sociedade para o nosso lado? Talvez nunca imagináramos que a crise dos combustíveis poderia dar uma oportunidade única para a nossa categoria.

A greve dos petroleiros de maio de 2018, impulsionada pelo histórico movimento dos caminhoneiros, não só marcou o ano como também nossa história. A queda de Pedro Parente, comemorada intensamente pela categoria, coroou um intenso processo de mobilização, com destaque para a aguerrida atuação dos grevistas mineiros.

A greve, portanto, simbolizou bem o que são esses novos tempos vividos por essa geração de petroleiros. Mostrou para nós mesmos que o caminho vitorioso é o da luta, da unidade e do diálogo com a sociedade.

Entretanto, também nos mostrou o quanto o lado de lá está disposto a nos desestabilizar - seja com multas milionárias impostas pela (in)Justiça, seja com punições pelos carrascos de plantão.

Se o fantasma da privatização exigiu tamanha resistência da categoria, um outro pesadelo também voltou a atormentar nossa base: os grandes acidentes. Em 2018, assistimos ao retorno dessa que talvez seja a face mais cruel do processo de sucateamento e entrega da Petrobrás.

Em Minas, o gravíssimo acidente no setor de Utilidades da Regap é um exemplo claro de como o descaso da gestão da Petrobrás pode se tornar uma ameaça real à nossa vida. Certamente, o debate sobre a (in)segurança nas unidades se tornará ainda mais prioritário em 2019, justamente para que não vivenciemos novas tragédias, tão anunciadas quanto aquelas da década de 1990.

O último ano, portanto, foi somente mais um capítulo dessa crise social e política interminável, gestada e gerida por um golpe profundo que ainda machuca nossa democracia.

Como em outros momentos da história, retrocessos políticos têm gerado consequências graves para o dia a dia de petroleiras e petroleiros, com claro prejuízo para nossas condições de trabalho, para a manutenção dos nossos empregos e para a garantia de direitos, como a Petros, a AMS e a PLR. Mas, se 2019 promete ser ainda mais difícil, 2018 nos mostrou que nada é impossível.



CALENDÁRIO

DEZEMBRO

21: Início do recesso de fim de ano no Sindipetro/MG;

25: Natal;

JANEIRO

07: volta do funcionamento da sede do Sindipetro/MG;

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Nathália Barreto - 3426/ES e Thais Mota - 15616/MG

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.

www.sindipetromg.org.br - sindipetromg@sindipetromg.org.br

2018: 20 ANOS DO ACIDENTE QUE MATOU CINCO TRABALHADORES NA REGAP

27 de dezembro de 1998: um vazamento de nafta na Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, matou cinco pessoas e deixou outras várias feridas. O acidente aconteceu durante uma parada de manutenção na unidade de hidrotreatamento de querosene, ao mesmo tempo em que ocorria a partida de outra unidade.

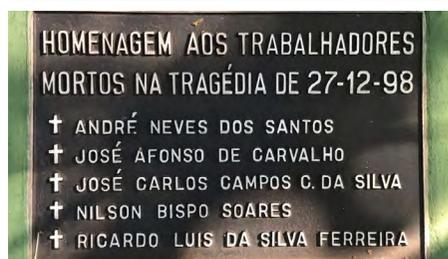
Segundo relato de petroleiros que estavam na refinaria no dia do acidente e já se aposentaram, o vazamento aconteceu próximo ao local onde era realizado um serviço de solda.

Isso foi suficiente para que a nafta - subproduto do petróleo que é altamente inflamável - pegasse fogo e que as chamas rapidamente se alastrassem pelo setor.

José Afonso de Carvalho, que era supervisor da empresa Potencial, morreu no local. André Neves dos Santos, Nilson Bispo Soares e Ricardo Luís da Silva Ferreira, também da Potencial, chegaram a ser socorridos, mas não resistiram aos ferimentos. Também faleceu em decorrência acidente o empregado próprio José Carlos Campos Cordeiro da Silva.

De acordo com o aposentado João Beato, que estava trabalhando na parada de manutenção quando ocorreu o acidente e ajudou a socorrer algumas das vítimas, o fato deixou lembranças difíceis de serem esquecidas. "Era uma época muito difícil, como agora. E a Petrobrás queria que eu ficasse ainda mais um tempo, mas depois que vi aquilo ali eu vi que não dava mais. Quanto mais rápido eu conseguisse me aposentar, melhor seria, e me aposentei em 1999. A gente tinha medo de ficar e morrer também", relatou.

Conforme reportagens da época, das nove unidades operacionais da Regap, oito estavam passando por manutenção. Isso fez com que a refinaria reduzisse a sua produção de 23 mil m³ de combustível por dia pela metade. A parada de manutenção teria tido início no dia 10 de novembro



Da esquerda para a direita: (1) trabalhadores da Regap prestam homenagem aos mortos no acidente de 1998 plantando árvores em frente à refinaria; (2) placa homenagem aos mortos no acidente de 1998; (3 e 4) protesto contra a insegurança na Regap e pela contratação dos concursados; (5) categoria petroleira de Minas faz culto ecumênico em memória dos mortos no acidente. Fotos: Acervo Sindipetro/MG

e deveria terminar em 6 de janeiro.

"Depois do fato, as pessoas queriam saber o que aconteceu, mas aí não adiantava mais. Não adianta apontar culpados. A culpa foi do sistema porque todo mundo queria fazer bem feita a parte dele, querendo bater recorde, e aí aconteceu o que aconteceu. Na tentativa de ganhar um dia e partir a unidade um dia antes, nós acabamos perdendo 27 dias e cinco vidas", afirmou José Beato.

Após a tragédia, a Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais (DRT-MG) abriu uma investigação para apurar as causas do acidente e também interditou algumas unidades da Regap. O órgão informou que, à época do acidente, a Refinaria teria quase 2 mil operários de empreiteiras contratados para fazer o trabalho de manutenção em oito das nove unidades da refinaria. Também foi apurada a informação de que eles estariam exercendo a jornada regular de traba-

lho, chegando a trabalhar até 30 dias sem descanso, e uma média de 14 horas ao dia.

Segundo o presidente do **Sindipetro/MG** à época, Márcio Nicolau Machado, o acidente na Regap foi consequência de uma série de irregularidades na operação da refinaria que já vinham sendo denunciadas pelo Sindicato há algum tempo. "Nós montamos um dossiê das condições de trabalho e de todos os acidentes anteriores àquele registrados na Regap e entregamos ao Ministério Público de Minas Gerais e ao Ministério Público do Trabalho em maio daquele mesmo ano, mas nenhuma providência foi tomada", disse.

Márcio Nicolau recorda ainda que o Ministério Público Estadual a partir do dossiê do Sindipetro/MG, abriu uma investigação que durou alguns anos e resultou em uma série de medidas sobre o que a gestão da Regap deveria e o que não deveria fazer, sob

pena de multa e outras penalidades. Também foi aberto um inquérito policial para apurar as causas das mortes.

"Na Regap, há uma diferenciação evidente: a administração, que segue a cartilha neoliberal, só pensa em garantir privilégios, enquanto liquida os direitos dos trabalhadores. Assim, salário digno e condições de trabalho são tratados como supérfluos, pois, para a empresa, o que importa é o lucro e o aumento dos privilégios dos parasitas'. Essas frases poderiam descrever o que acontece agora na Regap mas, na verdade, elas foram retiradas de um boletim do Sindicato publicado em dezembro de 1999, mas que tratava da conjuntura do acidente de 1998. Fico triste em ver essa conjuntura retornar à nossa realidade agora e, mais uma vez, essa situação se comprovar com o aumento de acidentes na refinaria", disse o diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori.



APOSENTADOS SE MOBILIZAM PARA BARRAR EQUACIONAMENTO ABUSIVO DO PP-1

Uma pauta que mobilizou a categoria petroleira em 2018, especialmente os aposentados, foi a luta por um equacionamento justo para o déficit do Plano Petros 1 (PP-1) ou Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP). Em ações movidas em vários estados, inclusive em Minas Gerais, os Sindipetros conseguiram liminares para suspender a cobrança por considerar a forma de equacionamento da Petros injusta.

A disputa ainda continua na esfera judicial aguardando julgamento do mérito. No entanto, sem qualquer debate com a categoria, a Petros/Petrobrás construiu uma proposta que chegou a ser divulgada pela imprensa em julho, chamada de Plano Petros 3.

O PP-3 foi aprovado às pressas em uma sessão do Conselho Deliberativo da Petros na noite da última segunda-feira (17) e, no dia seguinte, pelo Conselho de Administração da Petrobrás, apesar de um ato com quase mil aposentados em frente à Fundação também no dia 17. Agora, será levado à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

A proposta consiste em um plano de Contribuição Definida (CD), ou seja, contas individuais cujas aposentadorias dependem do valor acumula-



Petroleiros (as) protestam contra o equacionamento do PP-1 em frente à Petros, no Rio de Janeiro

do por cada trabalhador.

Além disso, propõe a migração dos beneficiários do PP-1 para o novo PP-3 - que a FUP e seus sindicatos não concordam. Nesse caso, o equacionamento seria feito em forma de aporte no momento da migração.

PROPOSTA DOS TRABALHADORES

Em outra frente, os representantes dos trabalhadores no Grupo de Trabalho da Petros - criado em novembro de 2017 para discutir alternativas ao equacionamento e formado também por representantes da empresa - elaboraram uma contraproposta ao atual Plano de Equacionamento do Déficit.

A proposta, além de reduzir con-

sideravelmente os valores absurdos impostos pelo equacionamento em vigor, também prevê a cobertura do novo déficit que o PPSP-R (repactuados) e PPSP-NR (não repactuados) acumulam e que já terá que ser equacionado no próximo ano. Aponta ainda soluções para os problemas estruturais dos planos.

Inicialmente, ela foi aprovada pela categoria na VII Plenária Nacional da FUP, em agosto deste ano. No entanto, precisou passar por ajustes após um amplo debate com as demais entidades sindicais e associativas.

Agora, ela será apresentada à diretoria da Petrobrás e aos órgãos de fiscalização e controle.

PCR: plano inconstitucional é questionado na Justiça

Um dos desafios da categoria petroleira em 2018 foi combater o Plano de Cargos e Remunerações (PCR) proposto Petrobrás em troca de um abono. Em Minas, cerca de 62% dos petroleiros aderiram e 38% permanecem no Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC). Em todo o País, 39.164 trabalhadores aderiram ao custo de R\$ 1.14 bilhões para a estatal.

A orientação dos sindicatos e da FUP foi para que os trabalhadores não assinassem o PCR. As entidades entendem que a adesão ao plano era o mesmo que abrir mão de defender coletivamente os direitos da categoria petroleira - até porque ele se utilizou de uma nova ferramenta criada pela Reforma Trabalhista que é a negociação individual em detrimento dos Acordos Coletivos de Trabalho.

Além disso, o plano foi proposto sem qualquer negociação com os sindicatos e acabou com a isonomia, criando dois planos com diferenciações de mobilidade e progressão. Também acabou com o fim dos avanços de níveis de 18 e 24 meses e pode contribuir para a legalização do desvio de função, sobrecarga de trabalho, extinção de cargos, terceirização da atividade fim e até com a privatização. Mas, ainda mais grave, é considerado inconstitucional, pois fere o princípio da investidura e a democracia dos processos seletivos e chegou inclusive a ser barrado pela Justiça em alguns estados.

Em Minas, uma ação movida pelo **Sindipetro/MG** (0010719-24.2018.5.03.0027) pede a nulidade da alteração promovida nos contratos individuais de trabalho. Também pede a declaração de ilicitude da modalidade de "cargo amplo" e que os contratos de trabalho que foram alterados sejam restituídos ao status anterior.

Unidade petroleira conquista PLR para todos

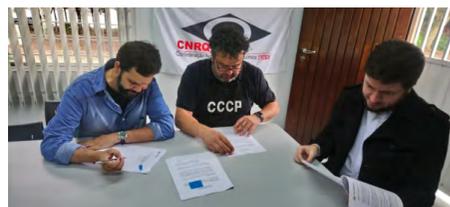
A unidade entre os trabalhadores impediu mais uma vez a retirada de direitos da categoria petroleira. Em maio de 2018, a Petrobrás tentou forçar a assinatura do Termo de Quitação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) sem a inclusão dos petroleiros da Araucária Nitrogenados, no Paraná.

No entanto, após quase oito meses de negociação, a Petrobrás voltou atrás e incluiu todos no pagamento da PLR referente ao exercício de 2017, conforme previsto em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

O Termo de Quitação foi assina-

do por representantes da Araucária Nitrogenados, da FUP e do Sindiquímica-PR em 24 de novembro, garantindo o pagamento para os 420 trabalhadores da fábrica.

Também foi assinado o Acordo de Metodologia para Definição e Pagamento da PLR no Sistema Petrobrás, que tem validade até março de 2019.



Representantes da Fafen assinam acordo de PLR

Categoria petroleira rejeita proposta de novo regramento da PLR

A categoria petroleira de todo o Brasil rejeitou neste mês de dezembro a proposta da Petrobrás de novo regramento da PLR. A FUP e seus sindicatos indicaram a rejeição pois a proposta impõe retrocessos à categoria, como a vinculação com o Sistema de Consequências, o que significará mais punição para os trabalhadores.

O pagamento da PLR 2018 está garantido pelo atual acordo pactuado com a FUP e seus sindicatos, que tem validade até 30 de março.



PETROLEIROS RESISTEM À ENTREGA DA CESSÃO ONEROSA DO PRÉ-SAL

Na luta em defesa do pré-sal, a FUP e seus sindicatos ajudaram postergar para 2019 a decisão acerca do futuro da cessão onerosa. Em tramitação no Senado Federal, o Projeto de Lei da Câmara 78/2018 prevê, entre outras coisas, a autorização para que a Petrobrás privatize até 70% dos 5 bilhões de barris da cessão onerosa e a entrega de 15 bilhões de barris excedentes da cessão onerosa do pré-sal à empresas multinacionais.

A medida, associada à MP do Trilhão (que prevê isenções fiscais às petroleiras estrangeiras que atuam no Brasil), representaria uma perda na arrecadação de estados e municípios que chegaria a R\$ 77 bilhões em todo o País, além de significar um grande prejuízo à própria Petrobrás.

A estatal já investiu na exploração de petróleo na cessão onerosa e, hoje, essa é a área onde a produção é mais lucrativa. Diante da iminência da entrega da cessão onerosa, a FUP formou uma brigada de petroleiros para ficar de plantão em Brasília de modo a impedir a votação.

Na Câmara, o projeto acabou aprovado em junho deste ano. Entretanto, no Senado a pressão da categoria conseguiu adiar a votação da medida - que não foi a plenário antes do início do recesso parlamentar.

“A brigada petroleira foi fundamental para levar o debate sobre os prejuízos para a Petrobrás e para a arrecadação de estados, municípios e União da entrega da cessão onerosa do pré-sal às multinacionais”, disse o diretor de comunicação do Sindipeetro/MG, Felipe Pinheiro.

“Conseguimos barrar a aprovação do PLC 78/2018 no Senado e seguiremos mobilizados contra qualquer tipo de entrega das riquezas brasileiras também em 2019. O Brasil tem condições de ser soberano e essa soberania passa, fundamentalmente, pela produção do petróleo pela Petrobrás e com retorno para o povo brasileiro”, completou.



PREJUÍZOS DA ENTREGA DA CESSÃO ONEROSA DO PRÉ-SAL

300 mil barris

É a capacidade atual de produção da cessão onerosa, por meio das plataformas P74 e P75 (recém-inaugurada). É a área mais lucrativa da Petrobrás atualmente, correspondendo a cerca de 11% da produção total da empresa

750 mil barris/dia

É a previsão de produção em 2019, com a contratação já realizada de outras 4 plataformas.

1,7 milhão barris/dia

É a perspectiva de produção na área da cessão onerosa em 2026.

O PRÉ-SAL E AS PERDAS DE ARRECADAÇÃO EM MINAS GERAIS

O impacto na arrecadação do País com a aprovação do PLC 78/2018, aliado à MP do Trilhão (que desonera as petrolíferas estrangeiras), pode chegar a **R\$ 77 bilhões em todo o Brasil, sendo R\$ 7,19 bilhões só em Minas Gerais** (Estado e municípios) em 2019;

Belo Horizonte sozinha perderá R\$ 212 milhões;

As duas maiores cidades da região metropolitana, Betim e Contagem, deixarão de arrecadar R\$ 33 milhões cada.

RMNR: vitória no TST, mas novela continua

É inegável a vitória obtida pelos petroleiros em junho de 2018 no julgamento do complemento da Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR). Por um voto de diferença, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu a favor dos petroleiros no Incidente de Uniformização Jurisprudencial (IUJ) referente à RMNR.

No entanto, apesar do direito reconhecido pelo TST, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, suspendeu a decisão da Justiça do Trabalho atendendo a um recurso apresentado pela Petrobrás. Apesar de ser uma decisão restrita à esfera trabalhista, Toffoli justificou a liminar a partir do entendimento de que trata-se de matéria constitucional.

Poucos dias depois, o também ministro do STF, Alexandre de Moraes, ampliou os efeitos da liminar concedida por Dias Toffoli à Petrobrás, decretando a suspensão de todas as ações rescisórias que visavam desconstituir processos de RMNR transitados em julgado.

A FUP ingressou com um recurso contra as decisões no STF, mas ainda não foi julgado. Em paralelo, no último mês de novembro, o ministro João Batista Brito Pereira, presidente do TST, reconsiderou decisão anterior em que havia suspenso a análise dos processos de complemento da RMNR e determinou a retomada da análise do caso na Corte.

A ação então foi julgada no dia 17 de dezembro e o TST rejeitou o recurso de Embargos de Declaração proposto pela Petrobrás, mantendo a decisão favorável aos trabalhadores.

Porém, a decisão de mérito do processo da RMNR continua vinculada à decisão do STF, ainda sem data para julgamento.

GREVE VITORIOSA DOS PETROLEIROS ENTRA PARA A HISTÓRIA

Uma greve que, assim como muitas outras, ficará marcada na história da categoria petroleira. Em 1º de junho de 2018, os trabalhadores da Petrobrás em Minas Gerais voltavam ao trabalho com a sensação de dever cumprido. Em uma paralisação de 72 horas e sob ameaças de punições severas da empresa, os trabalhadores conseguiram fazer com que o presidente da maior companhia do País, Pedro Parente, anunciasse seu pedido de demissão.

Ele já vinha sendo pressionado em função da greve dos caminhoneiros - que culminou em um acordo com o Governo Federal para isenção de parte dos impostos incidentes sobre o diesel. Entretanto, foi quando os petroleiros também cruzaram os braços e denunciaram que o problema do preço dos combustíveis no Brasil não era somente a alta carga tributária, que a coisa mudou.

A partir de então, o debate se voltou para a política de preços praticada pela então diretoria da Petrobrás - uma opção do governo Michel Temer de atrelar os preços dos combustíveis no Brasil aos preços internacionais.

"A política de preços da Petrobrás só tem como objetivo possibilitar as privatizações, tornando o mercado interno interessante para empresas estrangeiras e retirando qualquer possibilidade do Estado intervir em um setor tão estratégico para o País", disse o diretor da FUP e do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori.

PUNIÇÕES

As punições alardeadas pela Petrobrás contra os petroleiros pela greve de 72 horas não ficaram só na ameaça. Ainda durante a paralisação, a empresa enviou cartas às residências dos **17 trabalhadores foram punidos em MG** trabalhadores intimando-os a voltar ao trabalho. Já após o encerramento da mobilização, puniu centenas de petroleiros em todo o País.



Greve de 72 horas dos petroleiros em Minas Gerais em maio de 2018. Foto: Gabi Borgui

Balço da greve dos petroleiros de 2018:

Reivindicações da categoria petroleira:

1. baixar os preços do gás de cozinha e dos combustíveis;
2. manutenção dos empregos e a retomada da produção nas refinarias;
3. fim das importações de derivados;
4. não às privatizações e ao desmonte da Petrobrás;
5. demissão de Pedro Parente

Em Minas, 17 pessoas foram punidas. Um trabalhador foi suspenso por cinco dias pelo fato de ter passado o serviço para seu supervisor e ido embora depois de 16 horas de trabalho no primeiro dia de greve - o que é um direito de todo trabalhador. No entanto, em ação movida pelo Sindipetro/MG, a

Resultados da greve:

Além da saída de Pedro Parente, a greve dos petroleiros conquistou o aumento da carga das refinarias. Em março, a capacidade utilizada no Brasil estava em **68%** e na Regap em **84%**. Em julho, já após a greve, a capacidade utilizada no País era de **77,6%** e, na Regap, subiu para **89%**. Já em setembro de 2018, essa capacidade estava em **71%** no País e **94%** na Regap.

Justiça determinou que fosse anulada a penalidade aplicada ao trabalhador e a "exclusão do registro de suspensão".

Outros 16 trabalhadores da Regap foram punidos com advertências. O caso também foi levado à Justiça, mas somente será julgado em setembro de 2019.

Além das punições aos trabalhadores, o movimento grevista foi considerado ilegal pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e aplicada multa milionária (R\$ 4,5 milhões) a cada sindicato de petroleiros em greve no País, da qual as entidades sindicais recorrem na Justiça.

R\$ 4,5 milhões
foi a multa aplicada pelo TST
pela greve de 72h



SUCATEAMENTO NA PETROBRÁS ELEVA NÚMERO DE ACIDENTES GRAVES

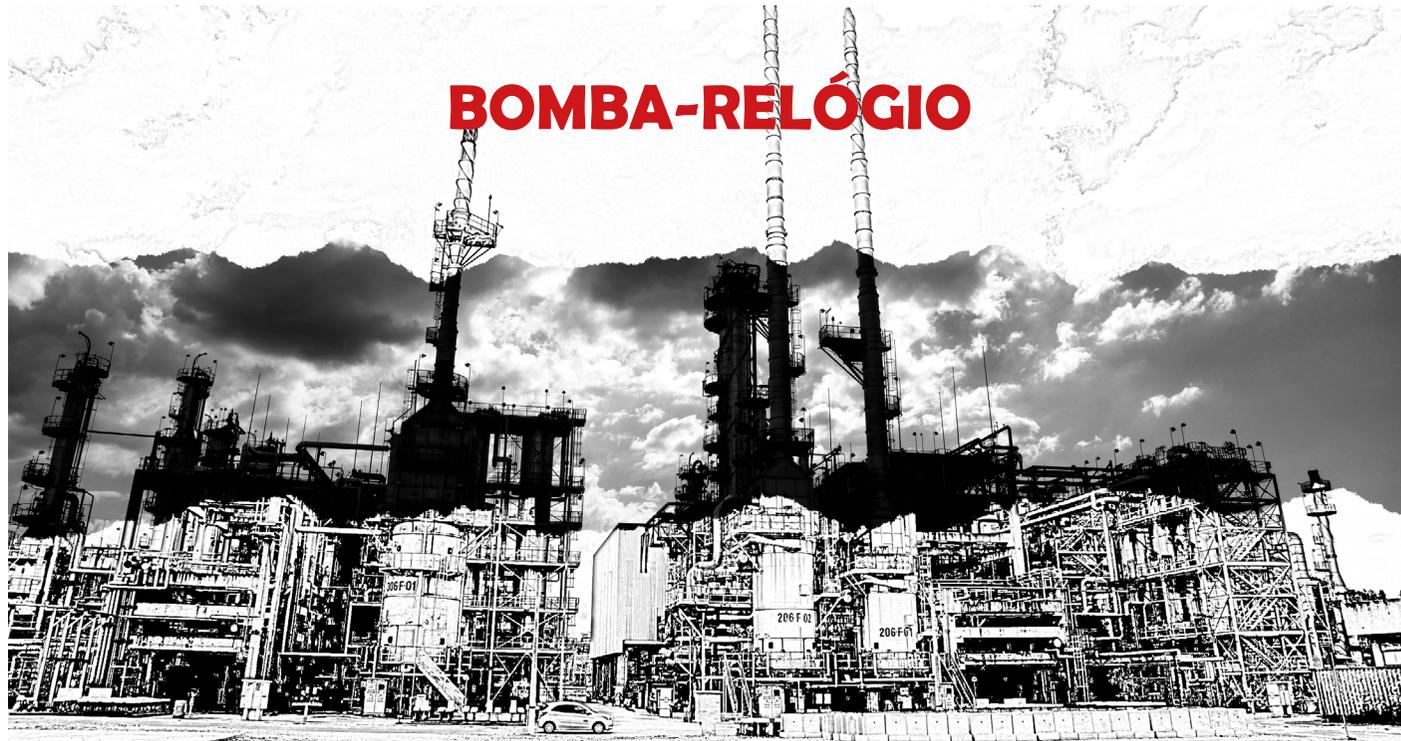
Não é de hoje que as entidades sindicais denunciam os impactos do sucateamento nas unidades da Petrobrás, especialmente à saúde, segurança e condições de trabalho. Esse sucateamento se dá de várias formas mas, no caso em especial da companhia, é por meio da redução de pessoal com os sucessivos PIDV's e da diminuição de terceirizados, da falta de manutenções e inspeções, do corte de investimentos visando a privatização de áreas da empresa, especialmente o refino e os campos maduros.

Isso tudo refletiu em um aumento do número de acidentes graves nas unidades da Petrobrás, inclusive em Minas Gerais. Ao longo deste ano, foram registrados pelo menos três acidentes com afastamento envolvendo empregados próprios, sendo que dois deles ficaram seriamente feridos em acidentes na Regap, em Betim.

Em agosto, a refinaria registrou o mais grave acidente dos últimos anos. Um vazamento de ácido sulfúrico 98% deixou três trabalhadores feridos, sendo um deles o operador Antenor Pessoa Cavalcante. Ele sofreu queimaduras nas costas, peito e parte do rosto, além do braço e antebraço esquerdos. Também sofreu uma lesão reversível no olho direito. Ele passou por algumas cirurgias e já está há mais de 100 dias afastado da empresa para tratamento das queimaduras e recuperação.

O relatório do acidente revelou o que o **Sindipetro/MG** já denunciava: falha na gestão. O acidente foi causado por erros no projeto, utilização de materiais inadequados para o sistema de ácido sulfúrico, entre outros - todos associado à gestão da companhia.

Em novembro outro acidente deixou uma petroleira ferida. Ela sofreu queimaduras nas pernas quando, ao retirar uma amostra de salmoura da



BOMBA-RELÓGIO

dessalgadora em um recipiente de vidro, este teria soltado o fundo, derramando o líquido quente em suas pernas. A trabalhadora sofreu queimaduras de segundo grau e ficou afastada por mais de dez dias.

Na avaliação do coordenador do Sindipetro/MG, Anselmo Braga, ambos os acidentes revelam problemas de gestão da empresa - que tem cortado investimentos em manutenção,

"O mínimo que a gente cobra é que a Petrobrás seja tão rigorosa e punitiva com seus gestores como tem feito com os trabalhadores por meio do sistema de consequências"

ANSELMO BRAGA, COORDENADOR DO SINDIPETRO/MG

inspeção e pessoal a qualquer custo.

Isso deixa os trabalhadores expostos a riscos constantes

de acidente e, mesmo quando esses cortes terminam em fatalidades, nenhuma providência é tomada no sentido de punir os responsáveis e reverter esse quadro de insegurança nas unidades operacionais da Petrobrás.

"O mínimo que a gente cobra é que a Petrobrás seja tão rigorosa e punitiva com seus gestores como tem feito com os trabalhadores por meio do sistema de consequências", afirmou o coordenador do Sindipetro/MG.

INCÊNDIOS E MORTES NO RASTRO DO SUCATEAMENTO



Incêndio na Replan

Em 20 de agosto, um incêndio atingiu a Refinaria de Paulínia (Replan), no interior de São Paulo. O fogo teve início após a explosão de um tanque de águas ácidas. Por causa do acidente e da insegurança, a unidade precisou ser interditada. Já no dia 4 de dezembro, um incêndio atingiu uma torre da unidade de Coqueamento Retardado (U-21) na Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Por sorte, nenhum trabalhador ficou ferido nas duas ocorrências, afinal, ambas tinham grande potencial de se transformarem em grandes tragédias.

No dia 17 de dezembro, outro grande incêndio aconteceu na Refinaria de Manguinhos, no Rio de Janeiro. O fogo teve início em um dos cami-

nhões que fazia a descarga de combustíveis na área que fica no interior da unidade e se alastrou rapidamente atingindo outros caminhões parados no local. Ninguém se feriu.

MORTES

A insegurança também está presente em outras áreas da Petrobrás. Só em 2018, a empresa já contabiliza quatro mortes: um trabalhador morreu em fevereiro em um acidente no campo de produção terrestre de Fazenda Bálsamo, na Bahia.

Outro faleceu durante acidente no Terminal de Osório (Tedut), no Rio Grande do Sul. Um mergulhador morreu em agosto em um acidente em um campo de produção da Bacia de Santos (SP).

No mês de novembro, outro trabalhador perdeu a vida ao operar um guindaste que estava condenado há mais de duas décadas na plataforma PNA-2, na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro.



32º CONGRESSO DO SINDIPETRO/MG É O MAIOR DA HISTÓRIA

Em 2018, o Sindipetro/MG promoveu o maior congresso da história da categoria petroleira de Minas Gerais. Com recorde de público externo e ampla participação da base, debateu-se a luta e resistência da categoria petroleira contra o desmonte da Petrobrás.

A abertura do 32º Congresso teve a participação do jornalista Paulo Henrique Amorim, que fez uma análise sobre a conjuntura política brasileira após o golpe de 2016 que retirou Dilma Rousseff da Presidência da República e apresentou a relação desse golpe à disputa por petróleo no Brasil e no mundo.

Os desafios da luta travada contra a venda da Petrobrás e a história de resistência da categoria também foram temas de debate do Congresso, especialmente em um contexto em que a estatal já havia iniciado o processo de venda do controle de quatro refinarias localizadas nas regiões Sul e Nordeste (interrompido após liminar do Supremo Tribunal Federal).

Também fez-se uma retomada do movimento petroleiro na década de 90, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso cortou in-



Abertura do 32º Congresso dos Petroleiros de Minas Gerais, com palestra do jornalista Paulo Henrique Amorim

vestimentos na companhia e tentou privatizar a Petrobrás, o que causou vários acidentes e motivou grandes greves. A partir daí, foi feita uma analogia aos dias de hoje - em que a estatal passa por um processo semelhante e que a mobilização da categoria também se mostrou forte a ponto não só de resistir às privatizações, como também de derrubar o ex-presidente Pedro Parente.

PLENAFUP

Ainda no 32º Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais foram eleitos os delegados que participaram do VII Plenária Nacional da FUP, que acon-

teceu entre 1º e 5 de agosto, no Rio de Janeiro. No evento, a categoria também debateu sobre privatização, condições de trabalho e conheceu a proposta dos representantes dos trabalhadores no Grupo de Trabalho (GT) da Petros para o equacionamento do déficit do Plano Petros 1 (PP-1).



Sindipetro/MG promove 1º Encontro de Mulheres Petroleiras de MG

Em março de 2018 o Sindipetro/MG promoveu o 1º Encontro de Mulheres Petroleiras de Minas Gerais. A reunião reuniu nove petroleiras da ativa e aposentadas, entre elas as diretoras do Sindicato Letícia Duval, Márcia Lima e Maria Edna Vieira.

O encontro debateu os desafios enfrentados pelas mulheres no cotidiano e, principalmente, no Sistema Petrobrás. Também foram apresentadas demandas e reivindicações e apontadas sugestões e críticas à política de gênero da empresa e também do Sindicato.

A partir do Encontro, as mulheres se organizaram em um grupo e oito delas participaram do 6º Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP, que aconteceu entre os dias 27 e 29 de abril em Natal (RN). Essa foi a maior comitiva enviada por Minas ao encontro de mulheres.

JURÍDICO ESPECIALIZADO

No I Encontro de Mulheres Petroleiras de Minas foram relatados muitos casos de assédio e de preconceito contra as trabalhadoras. Nesse contexto, o departamento jurídico do Sindipetro/MG percebeu a necessidade de criar um espaço de diálogo, onde as petroleiras se sintam à vontade para expor suas demandas - dentro e fora do ambiente de trabalho.

A proposta não é segregar ainda mais as mulheres, mas oferecer um atendimento jurídico amplo, voltado para especificidades das demandas femininas. Esse atendimento acontece todas às quartas-feiras de 10h às 18h, na sede do Sindipetro/MG.



Sindipetro/MG reforma galpão e abrirá espaço para eventos em 2019

Ao longo do ano de 2018, o Sindipetro/MG realizou uma grande obra no galpão de sua sede para que o espaço possa ser utilizado como um salão de convivência pelos associados e seus familiares.

Foi construída uma cozinha com churrasqueira, congelador e fogão industrial. Também foi erguido um mezanino onde ficarão as salas dos diretores. Já a antiga sala da diretoria passará a ser a secretaria de aposentados. O auditório também foi ampliado e a cozinha principal passou por uma pequena reforma, de modo a garantir mais comodidade aos associados.

GALPÃO

A partir de 2019, o novo galpão do Sindicato poderá ser alugado para a categoria petroleira para a realização de eventos particulares. Os interessados devem procurar a secretaria do Sindipetro/MG para reserva e os sindicalizados terão um desconto para a locação.

